

editorial

Mais um ano para se viver perigosamente... No plano nacional e internacional não serão poucas as demandas para 2004, além das novas todas aquelas que seguimos trabalhando: a luta contra a Alca, Organização Mundial do Comércio e transgênicos, a defesa do raciocínio de que para mudar a vida das pessoas precisamos mudar o rumo da economia brasileira, a batalha contra a mercantilização de nossos corpos e de nossas vidas.

Por isso, as feministas irão às ruas neste 8 de março com mais disposição e vontade de mudar o rumo que os poderosos estão dando ao mundo. Por isso, continuaremos a solidificar nossa proposta de valorização do Salário Mínimo, iremos batucar e manifestar nossa indignação contra as discriminações do mercado de trabalho, a falta de serviços públicos essenciais como saúde e educação, a violência cotidiana vivida por milhares de mulheres.

Outra pauta para este novo ano será a disputa municipal, quando temas sociais ou a importância de discutir assuntos relativos às mulheres vêm à tona. Além da Conferência de Mulheres, proposta pelo governo federal, que também demandará ações e discussões entre nós.

Continuamos acreditando no poder da transformação e do feminismo e por eles lutaremos ainda mais.

As Semprevivas



Isolda Dantas

Mulheres animam manifestações no Fórum Social Mundial 2004

Mumbai mostra que um outro Fórum Social Mundial é possível

Por *Marcha Mundial das Mulheres*

Desde que o processo do Fórum Social Mundial foi lançado em 2000, a Marcha Mundial das Mulheres soma-se à sua construção, com o intuito de dar substância e visibilidade ao feminismo e à ação das mulheres como ingredientes vitais do movimento pela globalização das lutas por igualdade e direitos.

A Marcha amadureceu no processo do FSM. Nossa ação teve o sentido de mantê-lo aberto enquanto espaço de compartilhamento e renovação dos movimentos. Trabalhamos para contaminar a diversidade do Fórum, camponeses, sindicalistas, estudantes e artistas com a radicalidade da nossa luta contra o patriarcado. Isso nos levou a estar em debates onde as feministas não eram esperadas, propor estratégias para transformar a economia e o trabalho, encorajar a ação e a análise autônoma das mulheres como práticas fundamentais não só para os "caucus" de mulheres mas para todos os campos da

luta por uma mudança radical da sociedade. Também nos lançamos na construção da agenda dos movimentos sociais, combinando o acúmulo histórico com o espírito desobediente de uma nova geração de ativistas e desenvolvendo nossos próprios elementos de identidade. Fica cada vez mais evidente não somente a nossa afirmação e prática de "construir alianças com" o movimento anti-globalização, mas também o sentimento, a responsabilidade de já sermos uma parte importante dele.

Nossa participação no Fórum está também ligada à criação da Rede Internacional dos Movimentos Sociais. A Rede, definida como convergência "ampla, plural, feminista e anti-neoliberal", foi criada para potencializar a ação conjunta dos movimentos sociais em torno a uma ampla agenda internacionalista. A Marcha está agora envolvida no desafio do funcionamento da Rede. Não podemos nos satisfazer com as

continuação da capa

assembléias periódicas e as declarações conjuntas – seu alcance é limitado e nossa aliança com os movimentos mistos, onde se inventam as verdadeiras formas da solidariedade entre homens e mulheres, é uma luta que se faz no cotidiano. Para nós, estar na Rede significa seguir questionando: participar da busca de soluções criativas que tornem as assembléias mais democráticas, que nos permitam superar a mera troca de informação entre os grupos e facilitem um intercâmbio permanente, a construção de uma análise comum, a transparência de um processo plural de coordenação de lutas locais e globais.

Mumbai: um Fórum de rua

A realização do IV FSM em Mumbai, marcado pela participação popular e pela ausência de apoio institucional, foi fundamental para nos mostrar que outros fóruns também são possíveis. Confirmou-se a importância de um fórum que dê espaço para a expressão política das manifestações de rua: esta é uma componente do “espírito” desses encontros, uma forma de construir o movimento tão fundamental quanto os discursos. Isso já se prenunciava em Porto Alegre e virou certeza em Mumbai.

Em um país que tem 16 línguas oficiais e uma diversidade cultural impressionante, o debate se fez na rua, expresso no ritmo do canto, da dança, das dramatizações. Essas manifestações e marchas contínuas não eram inspiradas pelos carros de som, não por falasões, mas por um senso comunitário de celebração. A expressão de mulheres, crianças, camponeses, pessoas que no sistema de castas indiano não teriam direito a usar sapatos mesmo que tivessem dinheiro para comprá-los, tinham uma tal força simbólica e tal densidade política que era impossível não segui-las.

A importância confirmada em Mumbai de encontros que acolham formas pouco convencionais de vivência e debate, nos lembra que cada uma das



Companheiras indianas da Marcha Mundial das Mulheres

escolhas “operacionais” que fazemos sobre os espaços e funcionamento de um evento é também uma opção política. A realização do Fórum em Porto Alegre em 2005 foi uma opção pouco questionada, mas que vai demandar um esforço tremendo de superação dos vícios acumulados ao longo de três anos, num quadro político controverso, de debilidade da mobilização social brasileira frente às escolhas conservadoras do governo Lula. Será um ano decisivo para o FSM, em que está em jogo seu caráter de espaço de articulação das lutas sociais populares, um laboratório livre para a ação e do pensamento anti-sistêmico do nosso tempo.

Por um futuro mais radical

Da perspectiva de um feminismo que se faz movimento a partir da dinâmica de grupos de base, trazemos propostas para o processo do Fórum Social Mundial. Propomos que os encontros mundiais sejam realizados a cada dois anos a partir de 2005. O ritmo anual têm favorecido escolhas político-operacionais de mercado, que geram exclusão, fazem com que muitas vezes os fóruns pareçam mais máquinas espetaculares do que momentos de construção de um projeto radicalmente novo de sociedade. Neste espaço de tempo, a construção de fóruns continentais será importante para fortalecer ações e articulações regionais. Também não po-

demos correr o risco de que a dinâmica dos Fóruns acabe consumindo a energia que precisamos dedicar à luta contra o capitalismo patriarcal, a venda de nossos direitos, o imperialismo militar e econômico. Um intervalo maior entre eventos para que o próprio processo do Fórum possa respirar e renovar-se no movimento real, nas experiências diversas de mulheres e homens que constroem a resistência global ao redor do planeta.

É fundamental que se assuma como princípio político o deslocamento do encontro por diferentes países e regiões do globo. O sucesso da experiência na Índia, a riqueza de experiências que ela trouxe para o processo internacional e a experiência que proporcionou aos movimentos da região não deixam dúvida da importância desse princípio para que a diversidade não seja apenas mais um conceito, mas um percurso real, o motor de nossa convergência. É preciso que o espírito de Porto Alegre dê lugar ao sentimento do mundo.

A Marcha reafirmou em Mumbai seu compromisso com a internacionalização do Fórum Social Mundial e aposta na Rede Internacional de Movimentos Sociais enquanto espaço de articulação da luta feminista, de elaboração de análises e estratégias daquelas e daqueles que acreditam que um outro mundo é possível porque o estão construindo a cada momento.

Água: direito básico ou comércio?

A água doce no planeta está sendo poluída, desviada e exaurida – está acabando – numa velocidade impressionante. O crescimento do consumo de água per capita no mundo, que dobra a cada 20 anos, é pelo menos duas vezes maior que o crescimento da população. Se não houver uma mudança de rumos radical, de metade a um terço da população mundial vai estar sem água em 25 anos.

Tragicamente, despertamos para essa ameaça à sobrevivência do planeta em tempos de livre comércio, e expansão das fronteiras do mercado cujos princípios implicam num assalto sem precedentes aos bens públicos, em que a “liberalização comercial” atinge cada vez mais dimensões da vida, como recursos naturais e os serviços sociais.

Nesse contexto, a mercantilização e a privatização estão sendo apresentadas como soluções frente à crise global de falta d’água. Armados de dados e documentação, governos e instituições internacionais estão defendendo que, para lidar com o problema de escassez, a solução seria dar preço à água, colocá-la à venda e deixar que o mercado se encarregue do futuro.

Enquanto isso, através de acordos regionais como o Nafta e a Alca ou da Organização Mundial do Comércio, os governos abrem mão do controle sobre as reservas de água em seus territórios. As instituições do comércio internacional



Osmar Bustus

Vital para todas nós, milhões no mundo ficarão sem água

oferecem livre acesso às reservas de água dos países signatários às empresas transnacionais. Protegidas por esses acordos, as grandes corporações já começam a processar governos pelo controle da água.

As empresas transnacionais se tornaram tão poderosas que agora participam das decisões tomadas pelos governos nos encontros internacionais. Sob o rótulo do grupo de *lobby* corporativo Ação Empresarial pelo Desenvolvimento Sustentável (Business Action for Sustainable Development), as companhias de água foram protagonistas da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo (2002), onde junto com os governos e a ONU, lançaram uma nova “estratégia” para o

saneamento e o abastecimento eficiente de água para as pessoas pobres do mundo que acelera as Parcerias Público-Privado (PPPs) nas quais os fundos públicos garantem lucro certo e estável às empresas.

A ofensiva das companhias privadas de água nos últimos dez anos traz a ameaça de que a humanidade esteja perdendo o controle de seu recurso mais vital para alguns poucos monopólios corporativos. Na Europa e nos Estados Unidos, os analistas prevêem que em quinze anos essas companhias transnacionais podem controlar de 65 a 75% dos serviços de água que hoje são públicos.

Essas empresas têm trabalhado agressivamente junto ao Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais para ganhar campo de ação em todos os continentes, fazendo *lobby* por legislações e regras de comércio que obrigam cidades e regiões a privatizar sua água. Argumentando serem mais eficientes e baratas do que os serviços e instalações públicas, impõem seus interesses na agenda de debate sobre as soluções do crescente problema de escassez de água no planeta.

REFERÊNCIAS:

Public Citizen – Critical Mass Energy and Environment Program - www.citizen.org/cmep/

The Center for Public Integrity – Investigative Journalism in Public Interest - www.icij.org/water/

A sede do mercado

- Dos 1,2 bilhão de pessoas que não têm acesso à água potável no mundo, mais da metade são mulheres e meninas e o pior é que a cifra poderá aumentar nos próximos anos.
- Uma mulher do Nairobi paga seis vezes mais por um litro de água do que uma estadunidense.
- As mulheres asiáticas e africanas percorrem uma distância média de seis horas para coletar água, o peso provoca

trastornos físicos, impedindo que elas se envolvam em atividades como a educação, geração de renda, política ou recreação, já que grande parte de seu tempo está ocupado.

- Seis mil meninos e meninas morrem a cada dia vítimas de enfermidades associadas à falta de acesso a água potável.
- Miloon Kothari, da Human Rights Watch, assegurou que 1,6 milhão de pessoas moram em habitações superpovoadas e de má qualidade, sem água ou esgoto o que

obriga as mulheres e meninas a utilizarem lugares longínquos, expondo-as a risco de abuso sexual.

- Grande parte destas carências é resultado da transferência deste recurso para as transnacionais, que são mais graves nos países onde o Banco Mundial e o FMI impuseram a privatização da água como condição para outorgar empréstimos.

Fonte: Women’s Human Rights, CIMAC

Poesia brasileira perde Hilda Hilst

Por Leticia Koeppel Mendonça

Essa noite irei a um recital de poesias organizado por uma doce amiga do trabalho. O Convite dizia ser uma homenagem a Hilda Hilst, escritora paulista que morreu dia 4 de fevereiro. Não a conhecia e fui à internet buscar algumas poesias. Todas muito fortes, Hilda não é mesmo para qualquer um. Ela é densa e trata de temas densos (amor, sexo, a procura de Deus).

Se isolou aos 36 anos em uma fazenda para escrever e assim saíram 38 livros, em sua maioria poesia. Nunca teve filhos porque temia que eles pudessem sofrer da esquizofrenia que levou ao falecimento de seu pai, aquele cuja loucura a assustou muito quando adolescente: alguém pode amar um louco? alguém pode não amar um pai? Sim, Hilda parece ter sido uma daquelas pessoas que foram cedo “rachadas” pela multiplicidade e dubiedade da vida e assim só puderam estar nela encarando-a com profundidade.

Para isso, paradoxalmente, Hilda da vida se afasta e assim ganha sobre essa melhor perspectiva, os diversos ângulos.

Deixar de viver para poder falar com mais propriedade da vida!? Deixar de viver para poder estar neutra à vida e ao mesmo tempo e sobretudo jamais a ela indiferente?!

Que Hilda fale por si só agora, segue um trecho da autora:

*“Aflição de ser eu e não ser outra.
Aflição de não ser, amor, aquela
Que muitas filhas te deu, casou donzela
E à noite se prepara e se adivinha
Objeto de amor, atenta e bela.*

*Aflição de não ser a grande ilha
Que te retém e não te desespera.
(A noite como fera se avizinha)*

*Aflição de ser água em meio à terra
E ter a face conturbada e móvel.
E a um só tempo múltipla e imóvel*

*Não saber se se ausenta ou se te espera.
Aflição de te amar, se te comove.
E sendo água, amor, querer ser terra.”*

Leticia Mendonça é economista e trabalha na Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

o que rola

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Será realizada de 17 a 19 de junho de 2004, em Brasília, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, organizada pelo Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM.

A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizar-se-á em três etapas: Plenárias Municipais e/ou Regionais, Conferências Estaduais e Conferência Nacional, tendo como tema “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”.

Maiores informações no endereço www.presidencia.gov.br/spmulheres.

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria

Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)

Projeto Gráfico: Alexandre Bessa

Diagramação: Márcia Helena Ramos

Fotolito: Input

Impressão: RWC Artes Gráficas

Tiragem: 1.500 exemplares

Número avulso: R\$1,50

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- DIA INTERNACIONAL DA MULHER
- IMPACTOS DA NOVA LEI DE BIODIVERSIDADE